



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO

URBANO, RURAL E AMBIENTAL

LINHA DE PESQUISA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

**POBREZA, MARGINALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL: *UMA VISÃO TEÓRICA DAS PERIFERIAS
URBANAS.***

KALYNNE THAYANNA SILVA DE AZEVÊDO

GUARABIRA- PB

2012

KALYNNE THAYANNA SILVA DE AZEVÊDO

**POBREZA, MARGINALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL: *UMA VISÃO TEÓRICA DAS PERIFÉRIAS
URBANAS.***

Artigo científico apresentado ao curso de especialização
em Geografia e Território: Planejamento Urbano,
Rural e Ambiental, à Universidade Estadual da Paraíba.

ORIENTADOR: Prof. Ms. Hélio de França Gondim

GUARABIRA-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

A994p Azevêdo, Kalynne Thayanna Silva de

Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas / Kalynne Thayanna Silva de Azevêdo. – Guarabira: UEPB, 2012.

26f.

Monografia (Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Hélio de França Gondim”.

1. Periferia Urbana 2. Desigualdade Social
3. Pobreza Urbana I. Título.

22.ed. CDD 711.409

KALYNNE THAYANNA SILVA DE AZEVÊDO

**POBREZA, MARGINALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL: UMA VISÃO TEÓRICA DAS PERIFÉRIAS
URBANAS.**

Artigo científico apresentado ao curso de especialização
em Geografia e Território: Planejamento Urbano,
Rural e Ambiental, à Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Hélio de França Gondim

Prof. Ms. Hélio de França Gondim – Orientador
Departamento de Geografia/CH/UEPB

Cléoma Maria Toscano Henriques

Cléoma Maria Toscano Henriques – Examinadora
Especialista em Análise Ambiental da Paraíba
Departamento de Geografia/CH/UEPB

Raquel Soares de Farias

Raquel Soares de Farias – Examinadora
Especialista em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental
Departamento de Geografia/CH/UEPB

“Existem apenas duas classes sociais, as do que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.”

Milton Santos

DEDICATÓRIA

A todos os cidadãos do mundo que lutam pela vida, mesmo quando lhes falta emprego, moradia, alimento; mesmo quando já perderam o sentido de viver, por que a felicidade torna-se um sonho distante. Dedico, por que são esses pobres, objeto do meu estudo, que não conhecem os seus direitos porque não foram instruídos, por terem deixado de estudar para trabalhar, por não possuírem uma moradia digna, por sentirem fome, por conviverem com a corrupção, e, principalmente, por serem marginalizados e não conseguirem armas para libertar-se.

AGRADECIMENTOS

Essa conquista é um passo a mais na minha busca pelo conhecimento, e assim como uma criança para caminhar sozinha, tropeça e cai, mas levanta e segue; nós que caminhamos para concretizar nossos sonhos e realizações profissionais, quando adultos, também engatinhamos, tropeçamos e caímos. E para levantar, em muitos momentos, precisamos muito dos que nos cercam.

Estudar e trabalhar nos faz tropeçar no cansaço, na dúvida se é melhor faltar à aula ou no emprego, na exaustão da nossa mente que nos deixa “na mão” nas vésperas da entrega de um trabalho, enfim, para chegarmos ao final dessa etapa caímos e levantamos várias vezes.

Levantei, porque Deus é minha fortaleza, foi ele que me ajudou a passar na seleção da pós, que me deu o meu emprego para que eu pudesse custear minhas despesas no curso, que me imunizou e garantiu minha saúde. É o meu Deus que permite tudo na minha vida!

Sou grata a Deus, a minha família, ao meu noivo, aos meus colegas, a minha amiga Cristina (colega de curso), ao professor Hélio que me orientou, e à todos que mesmo indiretamente, contribuíram em mais uma vitória da minha vida.

Eu, inclusive, tenho conversado com minha mãe e dito, que estou vivendo um momento que se define na palavra GRATIDÃO. Eu só tenho o que agradecer na vida!

AZEVÊDO, K.T.S. **Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: Uma visão teórica das periferias urbanas.** (Artigo Científico, Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental – UEPB) 2012,

BANCA EXAMINADORA: Prof. Ms. Hélio de França Gondim
Prof^ª Espec. Raquel Soares de Farias
Prof^ª Espec. Cléoma Maria Toscano Henriques

RESUMO

O presente artigo é resultado de análises geoeconômicas territoriais, desenvolvidas no decorrer do Curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental. O enfoque dado à temática da pobreza urbana urge pela relevância de compreender os elementos socioeconômicos responsáveis pela formação e expansão abrupta de territórios marginalizados, que abrigam cidadãos com seus direitos sociais negligenciados. A problemática das desigualdades sociais, caracterizadas pelas ações nefastas do capitalismo, é desmascarada pela cruel realidade refletida no cenário das periferias urbanas. Identificamos nas áreas periféricas urbanas do município de Solânea, na Paraíba, uma realidade comum aos centros urbanos dos países subdesenvolvidos, sejam macro ou microcidades. O perfil socioeconômico traçado nas periferias revela os déficits habitacionais e nutricionais que repelem a “massa marginalizada”, essa que compõem o enorme contingente de cidadãos vitimados pela pobreza. Essa pesquisa apoiou-se no método dialético, que subsidiou uma análise do desenvolvimento social e da estrutura de classes decorrentes do modo de produção capitalista. Teoricamente trabalhamos com Andrade (1989,1993), Buarque (1991), Carlos (1996, 2008), Castro (1965,1968), Lacoste (1990), Maricato (1997), Santos (1993, 1996, 2007, 2008), Siqueira (2006), Rodrigues (1989), entre outros. Este trabalho ganhou uma importante dimensão teórica, pois ressaltou o processo de ocupação do território urbano, a formação das periferias e a segregação socioespacial, fortalecendo o estudo e ampliando a análise acerca da pobreza urbana.

Palavras-chave: Pobreza Urbana, Periferia e Desigualdade Social.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	08
2- POBREZA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE	10
3- TERRITÓRIOS MARGINALIZADOS	17
4- A CALAMIDADE DA FOME: UMA REALIDADE ESCONDIDA NAS PERIFERIAS	20
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

POBREZA, MARGINALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA VISÃO TEÓRICA DAS PERIFÉRIAS URBANAS.

1. INTRODUÇÃO

Como compreender a desigualdade social na nação que assegura em lei, direitos iguais aos cidadãos? Como conviver com a falta de moradias, de alimentos, de assistência à saúde e educação, nesse cenário de abundância e crescimento, tão propagado pelo Estado e pela mídia? A pobreza que a todos envergonha e que a muitos fortalece, é a mesma que repele, tolhe e aliena milhões de seres humanos no Brasil.

Considerando a relevância da temática, viemos analisar a pobreza urbana e a segregação socioespacial, ressaltando não somente a geografia dos conceitos envolvidos, mas principalmente o aspecto humano, que nos permite uma visão muito mais complexa e abrangente de um problema social, que ressignifica o sentido de humanidade e desqualifica a essência da vida.

Nesta análise das condições socioespaciais das áreas periféricas, recorreremos à dialética como método de pesquisa, visando uma reflexão acerca da realidade da pobreza na cidade. Empenhados em compreender os fatores envolvidos no processo de periferização urbana, recorreremos ao método dialético, considerando a “lógica do provável”, partindo do mundo sensível para o mundo das ideias.

Desse modo, analisamos ideias de teóricos que trabalham temáticas como a da urbanização, a pobreza, a segregação e desigualdade social, a marginalização, a cidadania, a partir de uma teoria social crítica, isto é, de um recorte teórico que pode evidenciar as problemáticas reais do espaço urbano brasileiro.

Começamos relacionando a pobreza e a segregação espacial na cidade, enfatizando a fragmentação do território de acordo com o nível de renda das classes sociais. Nesse contexto, buscamos a compreensão do processo de formação das áreas periféricas, correlacionando à urbanização, o desemprego e a especulação imobiliária.

Quando abordamos a questão da formação dos territórios marginalizados e as condições de vida dos cidadãos segregados, primamos pela análise qualitativa, ressaltando o conceito de cidadania e a desigualdade imperativa na nossa sociedade.

Concluimos nossa pesquisa questionando a calamidade da fome, afinal essa é uma expressão veemente da injustiça social. O déficit nutricional brasileiro é comprovadamente um fenômeno de ordem socioeconômica, que prefigura uma realidade paradoxal, quando o país exporta vultosas quantidades de alimentos, ao mesmo tempo, sofre com problemas relacionados à distribuição e acessibilidade desse bem vital.

2. POBREZA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE

No contexto da economia capitalista globalizada, onde a desigualdade entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos se acentua progressivamente, cabe uma análise da raiz dessa distinção voraz, entre ricos e pobres, entre os que têm acesso e os excluídos¹ dos recursos fundamentais à vida. "A globalização nessa sociedade capitalista pós-industrial é desigual e igual. É desigual na sua vivência. É igual na sua concepção" (CARLOS, 1996, p.111).

Visando uma análise teórica a cerca dos elementos relacionados à problemática da pobreza, numa ótica multidimensional dos fatores e consequências da desigualdade social brasileira, especificamente no espaço urbano; realizamos uma discussão teórica acerca da segregação socioespacial e das condições socioeconômicas das periferias. Através de uma análise literária e qualitativa, temos como objetivo traçar um perfil das condições socioespaciais das áreas periféricas e conseqüentemente, das condições de vida, entre aspas, do cidadão marginalizado².

Trabalhamos a questão da pobreza urbana, considerando a estruturação socioeconômica e espacial do território que é realizada em prol das elites, dos detentores do status quo, acentuando os contrastes e as injustiças sociais, atingindo grande parte da população brasileira, principalmente àquela parcela que vive nas periferias das cidades.

A Geografia do Subdesenvolvimento de Yves Lacoste (1990), explica que a mais evidente expressão de desigualdade, insuficiência e inferioridade, a qual o ser humano se submete, reflete o subdesenvolvimento, esse que diferencia o território e a sociedade de acordo com os ditames do capitalismo. Apesar do processo de crescimento alcançado pela economia brasileira, sendo o Brasil uma das atuais potências emergentes, o cenário que ainda impera uma é de uma abrupta desigualdade social, fortalecida pela corrupção e dominação política centralizadora.

¹ O conceito de excluídos é empregado para descrever a população que não tem qualidade de vida, àqueles que moram na cidade em lugares deteriorados, sem infraestrutura e serviços; que sobrevivem sem os nutrientes necessários para garantir uma dieta saudável; que não tem acesso à saúde e educação que deveriam ser garantidos pelo Estado. Cidadãos excluídos do direito a igualdade social.

² Atribuímos a denominação de "cidadão marginalizado", considerando àquele brasileiro que se encontra à margem da sociedade, excluído do acesso aos recursos vitais garantidos na Constituição Brasileira. Marginal por que vive no submundo, sem assistência a saúde e educação, morando em condições precárias, enfim jogados à própria sorte.

A questão da desigualdade social é abordada por Castro (1965) quando, em análise a injustiça social, o mesmo comprova que essa é resultante de um desnível econômico, responsável pelo aumento da miserabilidade das sociedades subdesenvolvidas. Em sua Geopolítica da Fome (1968), o autor faz alusão à pobreza, miséria e fome, como problemas de ordem social.

As "manchas da miséria social" reveladas principalmente no nordeste brasileiro demonstram a presença da pobreza no país, e, pior ainda, nos traz a certeza de que o acesso aos recursos vitais à sobrevivência humana é seletivo, e não um direito social garantido. Entretanto, a Constituição Federal do Brasil, assegura em lei aos cidadãos brasileiros no Art.6º, que: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança [...]". (BRASIL, 2008, p.27).

Tomando como referência a ideia defendida por Corrêa (1989), acreditamos que essa disparidade, caduca e resistente, evidenciada num mesmo espaço e ao mesmo tempo, comprova que a equidade social é surrealista aqui no Brasil. Afinal, essa é uma realidade universal, imposta pelo próprio sistema econômico capitalista, que é sustentado pela divisão de classes e pela exploração e exclusão de parcela da sociedade.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado (CORRÊA, 1989, p.29).

“A pobreza não é um fenômeno novo. Mas agora ela é fabricada, como consequência das decisões da modernização” (BUARQUE, 1991, p.18). Impossível dissociar a pobreza da modernização, quando são intrínsecas, pois a desenfreada modernização impressa, com mais intensidade a partir da Revolução técnico-científica-informacional pelos países subdesenvolvidos, acentua ainda mais a desigualdade e fortalece a pobreza.

Com ideias semelhantes, Milton Santos (1996) aponta as invenções tecnológicas como ponte para o fortalecimento do capitalismo, pois, com a introdução das técnicas modernas às atividades econômicas, tempo e capital são economizados, à medida que

umenta a lucratividade. Desse modo, há uma crescente introdução das máquinas em detrimento da desvalorização da mão-de-obra, e a conseqüente redução dos postos de trabalho, fortalecendo o desemprego.

Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção em massa, onde nem os limites do Estado, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, apenas o lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo (SANTOS, 1997, p.144).

A existência da cidade é pré-condição para o capitalismo, pois é nela que se retratam todas as relações objetivadas pela força do grande capital. A cidade é objeto, mas também agente ativo nesse processo de valorização da cultura da modernidade, sendo o território de exaltação da modernidade e riqueza, ao lado da gritante pobreza.

No livro “A cidade”, de Ana Fani A. Carlos, a autora faz abordagens às desigualdades sociais que tolhem o direito à igualdade do cidadão, tornando expressiva uma injustiça impossível de esconder, pois é tão descarada e expressiva no território brasileiro que não precisa buscá-la "in loco", seus reflexos são percebidos porque estão espalhados por todo território urbano, pois não se limitam apenas ao território local, ao qual foram empurrados para morar.

Por todos os lados vê-se a disparidade, a desigualdade entre o "rico" e o "pobre" e entre este e "miserável absoluto" que mora embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infraestrutura, na roupa e nos rostos [...]"(CARLOS, 2008, p.42).

Nas cidades grandes a falta de seguridade dos direitos a terra para morar, ao alimento para saciar a fome, a escola e a assistência médica, são vistos numa dimensão maior. Contudo, não se anula a existência de fatos como estes, de modo proporcional, nos municípios de população menor. Sendo as ocupações em área de risco, as habitações improvisadas, a desestruturação do perímetro urbano, problemas comuns a todas as cidades brasileiras (RODRIGUES, 1989).

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, regiões em que se inserem. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os de desemprego, habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências (SANTOS, 1993, p.95)

A existência de bairros periféricos não é mais uma realidade isolada às grandes metrópoles, afinal o êxodo rural é um fenômeno nacional, e as conseqüências da

acelerada urbanização se refletiram em todos os espaços do Brasil. “O crescimento urbano resulta de um fenômeno novo por sua amplitude: o êxodo rural exprime as mudanças que se operam no campo” (LACOSTE, 1990, p.179).

Os problemas urbanos estão relacionados à questão da mobilidade campo-cidade, pois com a industrialização a cidade tornou-se um espaço de produção de riquezas, complexo e dinâmico, representando para os migrantes um lugar de progresso (MARICATO, 1997). A cidade é o espaço de produção de bens e serviços, é tido, talvez como o território do progresso: “É no urbano que vive, majoritariamente, desde 1970, os cidadãos brasileiros (SANTOS, 2008).

Do mesmo modo Siqueira (2006), reafirma que o fluxo migratório do campo para a cidade, imposto pela introdução do modelo econômico baseado na indústria, é responsável pela expulsão do agricultor para a cidade, e pelo conseqüente desemprego, intimamente ligados a desordem e precariedade urbana no Brasil, sendo a periferia o perímetro mais caótico do tecido urbano.

A modernização agropecuária e as necessidades impostas pelos novos modos de vida, no atual modelo econômico brasileiro, arrastaram o simples agricultor da terra e o despejaram na cidade, deixando-os de “mãos atadas”, num território que não lhes pertence e onde suas habilidades são descartadas. “O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos” (SANTOS, 1993, p.10).

A oferta de empregos e o dinamismo urbano atraíram um volumoso contingente de migrantes, que passaram a ocupar desordenadamente o território da cidade. A inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, gerou problemas decorrentes da deficiência estrutural urbana, em suprir as necessidades da vultosa demanda populacional que chegou, resultando em uma organização caótica da cidade.

As cidades não têm condições de oferecer empregos estáveis aos migrantes que a elas chegam e esses passam a viver de serviços eventuais, ou a pedir esmolas, ou ainda a recolher restos nos depósitos de lixo, formando nas próprias cidades ou nas áreas periféricas, um submundo que contrasta com os bairros ricos e de classe média (ANDRADE, 1989,p.47).

Para Andrade (1993, p.51), "O crescimento populacional é feito de forma desordenada, provocando a queda dos padrões de qualidade de vida dos habitantes". Expulsos do campo, a priori pela modernização agrícola e, em alguns casos pela falta de

segurança (no caso dos moradores do interior da Paraíba), esses migrantes deixam seu habitat de origem e vão compor a enorme massa de pobres que vive nas áreas precárias das cidades.

Os problemas urbanos, potencializados pela existência de numerosas favelas e de outros desenvolvimentos sociais negativos, são antigas expressões da precariedade (quantitativa e qualitativa) das condições de vida nas cidades brasileiras. Precariedades que persistem, multiplicam-se e atuam como combustível ao agravamento dos problemas socioespaciais urbanos (SIQUEIRA, 2006, p.13).

A cidade revela heterogeneidade e contradição, nos recursos e nos modos de vida, nos lugares e nos lares. É a expressão do acesso, afinal, na cidade tudo tem; para alguns é até o território da esperança, e porque não, do medo; pois é a chance para muitos de "melhorar" de vida, ou, agora sem aspas, de piorá-la.

É na cidade que se processam as relações comerciais, se difunde a modernização e se ostenta o luxo; entretanto a cidade é "[...]o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas"(SANTOS, 2008, P10). É nesse mesmo território, que se destaca a acentuada miséria social, que marginaliza milhões de cidadãos, moradores dos inúmeros bolsões de pobreza espalhados pelos arredores das cidades brasileiras.

Esses pobres que se concentram nas periferias e nas favelas das cidades, são aqueles que, além da renda insuficiente, vivem em condições de grande precariedade de vida, devido à densidade da ocupação e à ampla carência no que concerne o acesso a infraestrutura urbana e, especialmente, a serviços públicos básicos (SIQUEIRA, 2006, p.28).

Como já definia Castro (1965, P.65) "estes elementos vão chegando, sem armas técnicas de luta, nem reservas econômicas de nenhuma ordem, ficam durante certo tempo flutuando, desambientados no ritmo urbano". Com recursos limitados o "cidadão pobre" ocupa os lugares mais precários das cidades; mora em alojamentos insalubres, com pequenos cômodos, sem serviços e infraestrutura, vive em condições deploráveis de moradia. Rodrigues(1989)(não consta nas referências) analisando as moradias nas cidades brasileiras faz a seguinte afirmação:

Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem nos arredores de cidades, nas extensas e sujas "periferias" ou nas áreas centrais ditas "deterioradas" [...] (RODRIGUES, 1989, p.12).

Ao falar sobre território e cidadania, Santos (2007) afirma que o valor do indivíduo depende do lugar que ele ocupa dentro do território. Isso confirma que há dentro de um mesmo espaço distintos territórios, (re) criados pela modernização que impulsionou o êxodo rural, o desemprego, e a existência de uma enorme massa de pobres e a criação de lugares onde estes sobrevivem. "A carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres[...]"(SANTOS, 2007, p.193).

Há múltiplos territórios dentro de uma cidade, diferenciados não apenas pela localização geográfica, mas principalmente pelo nível de renda dos que os ocupam, garantindo ou não o acesso aos bens e serviços, "[...] Às vezes tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro" (SANTOS, 2008, p.139).

Os distintos territórios são diferenciados pela sua estrutura e pelo acesso aos serviços, os afastando e tornando-os tão opostos, que parecem distantes espacialmente por suas características sociais díspares, quando na verdade, inúmeras vezes são vizinhos, a exemplo de alguns bairros e favelas, que são separados apenas por uma "fronteira" social e estão segregados devido a essa lógica do Estado capitalista e do setor imobiliário, focados em favorecer sempre os mais ricos, sendo incapaz de atenuar as abruptas desigualdades socioespaciais. Conforme Souza nos aponta:

Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua, também como agente repressor. Via de regra, na tentativa de colocar os pobres "no seu devido lugar": antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens, negros, de moradores privilegiados e pobres. (SOUZA, 2005, p. 90)

O Estado que deveria assumir uma postura de dirimir os problemas sociais, atua de maneira inversa, aliado ao capital imobiliário, aumenta as desigualdades sociais no país, segregando espaços e privilegiando as elites, como se apenas esse segmento da sociedade fossem os cidadãos no território brasileiro, mas, todos deveriam ser tratados de maneira igualitária por que:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às relações territoriais. O cidadão é um indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam (SANTOS, 2007, P.151).

Para Santos (1993) a especulação imobiliária fortalece a crise habitacional, pois a limitação no acesso a terra e a moradia se acentuam conduzindo a periferização dos mais pobres: “As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano” (SANTOS, 1993, p.93).

Nesse contexto, Rodrigues assegura: “Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova” (RODRIGUES, 1989, p.12). A habitação é considerada a expressão mais nítida da humanização, “a finalidade principal da habitação é exatamente ajudar o homem a lutar contra a inconstância hostil do meio” (CASTRO, 1964, p.85).

“O acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende de sua localização na cidade” (MARICATO, 1997, p.43). Inclusive, Castro faz alusão a essa fragmentação do território, afirmando que o cidadão urbano, rico ou pobre, se diferencia de acordo com a porção do território que ocupa. “A habitação reflete sempre em suas linhas gerais as diversas condições do grupo que nele vive” (CASTRO, 1964, p.81).

3. TERRITÓRIOS MARGINALIZADOS

Segundo Oliveira (2011, p. 178) “O território se impõe como uma condição continente ao conteúdo político da cidadania e no nível de organização social, cultural e econômica existente”. Desse modo, território e cidadania são conceitos intrínsecos, afinal o cidadão em sua condição legal é dotado de poder, sobre o território que habita, o alimento que possui, e o próprio poder de escolher seu governante e ter a liberdade de expressão.

O território considerado aqui na pesquisa é a mais considerável expressão da cidadania, afinal tratamos da pobreza imperativa na cidade, intensificada pela especulação imobiliária, que fraciona o acesso a terra. A cidade revela o atrofiamento da cidadania na sociedade de consumo de massa, diferenciando quem pode ou não pagar pelo direito de morar, de ter acesso ao alimento e aos serviços, enfim do direito à vida urbana.

O alto custo de vida na cidade implica uma série de limitações e carências à classe que conta com baixa renda, imprime uma realidade, pretérita e provavelmente futura, de submoradia, desnutrição, analfabetismo, violência, entre outras problemáticas que tolhem a liberdade e marginaliza o cidadão, colocando em xeque o seu direito à cidadania.

A cidade esbanja a modernidade dos empreendimentos imobiliários, figura um complexo jogo de fragmentação territorial, visto que essa se faz de modo parcelar, expandindo a distinção centro-periferia. Utilizando as palavras de Oliveira: “Os espaços de vida econômica e social de uns não são os mesmos que os de outros[...]”(OLIVEIRA, 2011, p.140). Afinal, o endereço, os vínculos de sociabilidade, o trabalho e a escola, o lazer, enfim, o modo de vida dos segmentos sociais se diferenciam de acordo com o poder aquisitivo.

A configuração territorial da cidade processa essa quebra da equidade social, que o próprio capitalismo cria. Nesse sentido, vale ressaltar, que apesar da justiça social ser enaltecida como um privilégio concedido aos brasileiros, enxergamos que tudo não passa de ideais legais, ou ideias, com o propósito de alienação. Planejados, ou pelo

modelo de produção capitalista e/ou pelo Estado. Talvez uns até acreditem que somos iguais³, mesmo existindo pobres e ricos, centro e periferia, fome e desperdício.

Nesse contexto, eis que surgem os não-cidadãos e os territórios marginalizados⁴, denominações respectivamente contundentes, para definir o ser humano carente e lugar onde impera a pobreza. Os aglomerados subnormais, as periferias e favelas, são assim definidos, como marginalizados, não por que há moradores que usam drogas, roubam e matam, não. Marginal não é aquele cidadão que infringe a lei ou a moral; marginal é o ser humano, o cidadão que está à margem da sociedade e do sistema.

"Cidadão marginal" é àquele que mora às margens do perímetro urbano, nos arredores da cidade, que não tem o direito a uma moradia com segurança, que vive na incerteza do "pão" de cada dia, que não possui um emprego/renda fixa, vivendo, ou tentando viver, com o que ganha no seu trabalho informal.

Os "não-cidadãos" tentam "escapar" da fome, multiplicando a escassa renda que obtém como biscates, vendedores ambulantes, flanelinhas, enfim, seja como for, pais e mães de famílias, que fazem de tudo, para driblar as condições de exploração e insegurança que lhes impuseram, em sua maioria, desde que nasceram.

Marginalizar é anular o direito à vida, é permitir que uma criança chore com fome em meio ao desperdício e à abundância de alimentos; que durma na rua por lhe faltar um abrigo, ou que não tenha esperança de um futuro promissor, porque a sua escola não tem recursos que lhe garantam a inclusão.

Os pobres acabam sendo excluídos pela ditadura da divisão de classes sociais, ao contrário do que defende o mito da "cultura da pobreza", a qual afirma que a situação

³ Iguais perante a lei, incontestavelmente, somos. Tanto que a própria lei impõe a inclusão, e "pune" àqueles que excluem o negro, o portador de necessidades especiais, os homossexuais, entre outros. Mas será que tudo isso é concreto, ou a lei que nos torna iguais, é mais uma abstração, melhor dizendo, uma "balela"? Não estamos aqui querendo adotar uma postura radical, mas nos propondo a tentar entender, por que fingimos que somos iguais? O capitalismo nos divide em classes, ricos e pobres, patrões e empregados, famintos e alimentados, moradores de rua e empreiteiros imobiliários. O que dizer? Nós não somos iguais!

⁴ O conceito de território marginal, intimamente relacionado ao poder, caracteriza os espaços ocupados pela população que não têm seus direitos sociais - moradia, alimentação, saúde, educação, segurança - assegurados na realidade, como a Constituição propõe, ou melhor, torna lei. Aqui, viemos definir conceitualmente, uma realidade vista na própria estrutura da malha urbana, que fragmenta o território da cidade, diferenciando os espaços e as ocupações de acordo com o poder de compra do cidadão. Grosso modo, quem tem dinheiro, mora em espaços bem estruturados e servidos; quem é pobre, ocupa os piores lugares da cidade, sem infraestrutura e afastados de todos os serviços, enfim, quem não tem dinheiro vive nos territórios marginais.

econômica do pobre é repleta de limitações e carências, por que escolheram viver na pobreza e permanecer nesse estado de exclusão. Essa ideia é difundida e questionada por Abranches (1985, p.35):

Todo o tempo, os pobres vivem apenas para não morrer. O mito da “cultura da pobreza”, segundo o qual os pobres melhoram de vida porque não querem, desfaz-se na fria dureza dos dados. Não melhoram porque as oportunidades para fazê-lo são menos acessíveis aos pobres e porque não lhes sobram tempo e espaço para acumular os recursos a que, por ventura, pudessem ter acesso. Para sobreviver consomem mais horas de trabalho, subtraídas ao estudo, ao descanso, ao lazer, a busca de trabalho e renda.

A cidade é a expressão voraz de todas essas carências e problemas de ordem social, afinal é o espaço urbano que abriga a maioria dos brasileiros, é o lugar onde as diferenças são mais perceptíveis e aviltantes, e mais ainda, a vida urbana em si define o valor de cada ser humano, dando um novo significado a vida, ao direito, até porque, hoje somos mercadoria, cada um com seu preço.

Essa ressignificação do ser humano está alicerçada na proposta ideológica do capitalismo, que deixa claro, para existir o rico é incondicional a existência do pobre. O sistema criou a cidade, e nela estruturou o seu modelo, inclusive, os próprios emancipadores da cidade a planejaram para atender seus propósitos de crescimento. Na ausência de um planejamento formal, desenharam o espaço urbano sob o molde da divisão de classes.

A realidade desmistifica a ideia do mito da “cultura da pobreza”, e na fria dureza dos fatos desmascara nas ruas das nossas cidades, a marginalização da vida. Basta realizarmos nosso percurso cotidiano, observando o que está a nossa volta, para compreendermos que ninguém escolhe dormir embaixo das marquises dos prédios e que jamais uma criança trocará um lanche por um lixo.

É pura ignorância de quem desconhece a pobreza, e principalmente a fome que se concentra e maltrata, principalmente os moradores das cidades

4. A CALAMIDADE DA FOME: UMA REALIDADE ESCONDIDA NAS PERIFERIAS

A humanidade vive uma verdadeira convulsão social, o próprio alimento deixou de ser um direito e tornou-se um bem de consumo restrito a algumas camadas sociais, aqui no Brasil “o inadmissível aparece como irremediável” (LACOSTE, 1990, p.27). É paradoxal a relação entre a disponibilidade e o consumo de alimentos no país das extensas terras férteis, na nação agroexportadora. O contraste entre a miséria da massa e a riqueza da minoria, evidencia a desordem e a injustiça social que arruína o pobre brasileiro.

Essa disparidade é resultado das determinações do capitalismo exacerbado, que por sua vez é causa do crescimento da fome. É o que há aproximadamente duas décadas já afirmava Lacoste (1990, p.84): “A extrema gravidade da fome resulta, numa grande parte das desigualdades sociais. Uma repartição mais igualitária permite atenuá-la sensivelmente”.

Segundo o Aurélio, a fome é definida como a “falta do necessário, miséria, uma situação de míngua ou escassez de víveres” (FERREIRA, 1998, p. 321). Essa situação de carência caracteriza o flagelo humano da fome, e externa a capacidade destruidora do capitalismo, o qual é seletivo e determina quem pode ou não ter acesso aos alimentos que nutrem adequadamente o ser humano.

Indubitavelmente, a fome é uma violenta expressão dessa catástrofe social que mutila a humanidade nesse universo de desigualdades. E “aos olhos do mundo” representa a trágica expressão do subdesenvolvimento. Inclusive Castro caracteriza esse nível de inferioridade nas seguintes palavras: “É desnível econômico, é disparidade entre os níveis de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico de uma nação”(CASTRO, 1987, p.286).

Andrade (1989) corroborando com Castro (1987), entende a realidade social da fome nos países subdesenvolvidos com resultado das ações do colonialismo que se apropriou e explorou destrutivamente as riquezas naturais do país. Numa visão geopolítica do problema alimentar no mundo, Castro considera a fome como:

Produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero (CASTRO, 1968, p.49).

“Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, ou uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?” (CASTRO, 1986, p.45). A fome tem razões óbvias, apesar de muitos a apontarem como um problema de ordem natural. Essa problemática não está vinculada a disponibilidade, mas a distribuição dos alimentos.

Não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual, nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome (CASTRO, 1968, p.72).

Para Castro (1987) “O problema não é a falta de alimentos, e sim a distribuição que não é igualitária”, afinal temos uma produção de alimentos suficientemente capaz de garantir um quadro de segurança alimentar no Brasil. O ex-ministro Ministro da Agricultura Wagner Rossi, em entrevista à imprensa, afirmou no portal de notícias globo.com (2011): “Somos o segundo maior produtor internacional de alimentos, e o forte crescimento aproxima o país da liderança nos próximos anos”.

O problema da fome tem origem nas próprias causas do subdesenvolvimento, que é fruto da criação humana, e determinante da escassez de recursos para as classes com baixo poder de compra, os excluindo do acesso a terra e do consumo aos bens nela produzidos.

A estrutura fundiária brasileira segue os ditames do capitalismo, excluindo o agricultor do acesso a terra, e concentrando extensos hectares aos latifundiários, que independem dela para sobreviver, deixando-as ociosas, enquanto há inúmeros cidadãos sem terra, sem teto e subalimentados, por não ter onde e como viver... Por não ter terra!

As modalidades de utilização da terra, o modelo de produção agropecuário implantado no país, se estruturaram para atender, desde a colonização, as imposições do mercado externo, tornando secundárias as necessidades internas. “Expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, 1987, p.281).

A desnutrição e as demais doenças derivadas da fome decorrem desse desnível econômico que fragmenta a sociedade. De um lado, os que têm direito, e do outro, os marginalizados, ou seja, os que se alimentam e os que enganam a fome.

Só há uma maneira de alimentar-se pior do que está: é não comer nada. E por isso que essa gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome. Infelizmente a fome não se deixa enganar, apenas ilude-se sua sensação consciente, mas na intimidade profunda de cada célula perduram, indefinidamente os seus efeitos. Muito mais temível do que um surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade (CASTRO, 1965, p.77).

A carência de alimentos, principalmente quando não é diagnosticada, fragiliza e enfraquece as funções do organismo, debilitando aos poucos as vítimas da desnutrição e acentuando os casos de raquitismo entre as crianças, chegando muitas vezes a matar de fome milhares de pessoas carentes. Para Lacoste (1990), os males que a fome oculta pode causar a saúde humana, expressam a gravidade do problema.

A fome oculta é particularmente grave, por que seus efeitos são complexos, terríveis e em grande parte irreversíveis. Ele reduz sensivelmente as faculdades físicas e intelectual, e afeta particularmente os grupos e, em particular, as crianças que ficam prejudicadas por toda sua vida (LACOSTE, 1990, p.85).

“Hoje temos dois tipos de brasileiros: o sadio, forte, alto, e outro, baixo, subalimentado e fraco. Temos dois tipos de crianças e dois Brasis distintos: o dos ricos e o dos pobres” (DREXEL, 1989, p.15). É um paradoxo, uma contradição injustificável para um país que produz e exporta volumosas quantidades de alimentos; é a abundância de alimentos em meio à desigualdade que perpetua essa “doença social”.

Com o intuito de mascarar as verdadeiras causas da fome, aponta-se além dos fatores naturais, a superpopulação como causa da crise alimentar que em 2011 registrou 16,27 milhões de pessoas, vivendo em extrema pobreza e fome no Brasil, de acordo com informações do globo.com. “A fome é causa e não efeito da superpopulação. Não há fome por excesso de gente, mas sim existe excesso de gente como consequência da fome” (CASTRO, 1968, p.30).

A fome crônica, ou seja, “a privação de nutrientes por um longo período”(HELENE, 1997, p.17), é considerada como um fator determinante para o aumento da natalidade nas zonas de pauperismo generalizado. Para Castro (1987),

alguns alimentos são inacessíveis ao consumo da sociedade empobrecida, devido aos altos custos dos produtos no mercado, por exemplo, a proteína animal encontrada na carne, leite, ovos, entre outros que raramente integram o cardápio do pobre.

Helene (1997) argumenta que a fome crônica ou endêmica é uma doença característica de uma região, consiste na privação e/ou pouca ingestão de alimentos por um longo período, como é o caso de algumas áreas do Nordeste brasileiro que tem seu quadro alimentar deficiente.

O problema da fome no país decorre muito mais dos aspectos socioeconômicos e políticos, do que naturais. Esse é um problema de ordem social, que surgiu em consequência da má distribuição de renda. A fome é a expressão biológica de uma grave doença social, que agride diretamente, e de modo devastador os organismos dos seres humanos, àqueles que compõem as camadas de baixa renda da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução do modelo industrial e a modernização impressa pelo capitalismo, a partir de 1950, produziram no Brasil profundas transformações econômicas e sociais, desenhando uma realidade marcada pela substituição do homem pela máquina no campo, pelo êxodo rural, a urbanização, e principalmente pela expansão da pobreza.

O modelo de produção capitalista produz na cidade uma redefinição do território e uma ressignificação do cidadão, a partir da divisão de classes que distingue o espaço e o ser humano pela renda, diferenciando o centro e a periferia, o rico e o pobre.

A pobreza urbana mereceu relevo nessa análise em virtude da dimensão dos problemas relacionados à questão da desigualdade social, considerando como elementar a compreensão dos fatores responsáveis pela formação das periferias, e principalmente, pela marginalização do cidadão.

Os déficits habitacionais relacionados a especulação imobiliária, e as carências nutricionais resultantes do alto custo e da má distribuição dos alimentos, configuram uma realidade presente no Brasil por consequência de uma sucessão de equívocos, que vão da falta de seguridade dos direitos do cidadão até a negligência do Estado em garantir o teto e o alimento à todos.

O principal entrave à ascensão do Brasil, é a veemente desigualdade na distribuição de renda. Nesse contexto, percebemos que aqui, e em todos os países subdesenvolvidos, a marginalização do cidadão se alicerça nas severas imposições do sistema, negligenciando o direito de muitos e privilegiando uma minoria.

A ostentação do luxo e a modernidade que delinham e estruturam a cidade, tornando-a um território de poder e riqueza, ao mesmo tempo, acentuam e enaltecem a pobreza presente nos arremedos e vielas deterioradas, que se quer conseguem abrigar o contingente de pobres espalhados pelas cidades brasileiras.

Desse modo, teóricos que abordam a pobreza externam nitidamente que toda essa “convulsão social” brasileira, está ligada à concentração de renda, refletida na negação do direito à moradia, alimento, saúde, educação, enfim, negação do direito a igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDRADE, Manuel Corrêa de. *Geografia Econômica*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. *O nordeste e a questão regional*. 2ªed. São Paulo: Ática, 1993.

BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia humana*. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. *Documentário do nordeste*. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Geografia da fome*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). *Ensaio de Geografia contemporânea*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *A cidade*. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

DREXEL, John. *Criança e miséria: vida ou morte?* São Paulo: Moderna, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio escolar de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HELENE, Maria Elisa Marcondes, ET AL. *A fome na atualidade*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

LACOSTE, Yves Lacoste. *Geografia do subdesenvolvimento*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Para compreender o “Leviatã Urbano” – A cidadania como Nexo Político-Territorial*. IN CARLOS, Ana Fani Alessandri / SOUZA, Marcelo Lopes de / SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo*. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. 7ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Sociedade e pobreza*. Vitória: UFES, 2006.

<http://www.globo.com.br>. Acesso em 28/05/2012, às 09:43h